CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O EVENTUAL **FORNECIMENTO DE** **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS E CORRELATOS, PARA ATENDER AO CENTRO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL - CASA LAR.**

**1.1.** Este termo de referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº015 de 17 de fevereiro de 2017 e nº081 de 01 de agosto de 2017.

**O Município de Santo Antônio de Pádua** torna público a pretensão de **registrar preços** para o **eventual fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS E CORRELATOS, PARA ATENDER AO CENTRO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL - CASA LAR**, com observância do disposto na Lei nº 10.520/02e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, e nas demais normas legais e regulamentares.

O presente Termo de Referência objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à cotação de preços praticados no mercado, às especificações técnicas, à estratégia de suprimento e o prazo de execução.

**2. DO OBJETO:**

**2.1.** O objeto deste Termo de Referência é o Registro de Preços para atender as futuras e eventuais aquisições para atender as **necessidades do centro de acolhimento municipal para crianças e adolescentes – CASA LAR,** conforme especificações e quantidades estimadas constantes **APENDECE I** deste Termo de Referência, pelo prazo de **12 (doze) meses.**

**3. JUSTIFICATIVA**

Considerando o art. 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente que diz:

*“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária*.”

Considerando o art. 86, do Estatuto da Criança e do Adolescente que diz:

*“A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”*

Considerando o citado dever municipal, de zelar pela a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes que se encontram em risco social, assim garantindo o seu direito através de medidas protetivas conforme Art. 101 da Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Considerando que é atribuição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, coordenar programas de amparo à família, às mulheres, ao idoso, às pessoas portadoras de deficiência, à população em situação de rua, e a crianças e adolescentes em situação de risco;

Considerando que esta Secretaria é administradora e mantenedora da Casa Lar.

Os gêneros solicitados serão destinados para atender a alimentação diária dos acolhidos pela CASA LAR, que consiste em um centro municipal para crianças e adolescentes, que tem como seu objetivo promover o acolhimento de menores, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, de forma a garantir sua proteção integral.

Por se tratar de uma unidade de acolhimento nessa modalidade, o serviço de acolhimento é oferecido em uma unidade residencial e organiza-se de modo a oferecer ambiente próximo a uma rotina familiar. O que demanda necessidades peculiares de acordo com o público que está sendo atendido.

O acolhimento tem caráter provisório e excepcional e é destinado a crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive com necessidades físicas especiais.

Considerando as fases do desenvolvimento infantil e humano e a rotatividade de acolhidos, pode haver mais demandas relacionadas a crianças ou mais demandas relacionadas a adolescentes, o que ocasiona uma imprevisibilidade de consumo nos itens de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e materiais de consumo diversos e correlatos, sendo necessário prever a aquisição desses itens, mas não havendo possibilidade de garantia de consumo por gêneros alimentícios, visto que podem vir a ser mais relacionados à primeira infância ou a adolescência ou mesmo a quantidade de cada um deles. Fato este que justifica a realização do certame do Registros de Preços, que originará a Ata com os melhores preços registrados.

Os gêneros elencados serão adquiridos de acordo com a sua necessidade de utilização, levando em consideração a demanda de acolhidos.

O quantitativo foi elaborado a fim de garantir a cobertura nos próximos 12 meses, com a adição de algumas unidades sobressalentes como margem de segurança.

* **JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA:**

**CONSIDERANDO** o artigo 48, I, da lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de pequeno Porte, conforme abaixo:

*“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

***I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); “***

**CONSIDERANDO** que a existência de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas sediadas no local e regionalmente capazes de cumprir as exigências do ato convocatório, conforme comprovado através de pesquisas de preços anexos ao processo administrativo.

**O presente se destinará a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.**

**4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E CUSTOS ESTIMADOS**

**4.1.** Os quantitativos dos itens foram estimados com base no consumo do exercício anterior e o possível previsto para o próximo ano de vigência da futura Ata de Registros de Preços, considerando a lotação máxima do local e a per capita por abrigado, conforme memorial de cálculos elaborado por nutricionista da Secretaria de Saúde.

**4.2.** Os custos estimados dos gêneros foram calculados com base em cotação média obtida perante empresas do ramo da atividade**, realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social e revisada pelo Órgão Gerenciador.**

**4.3.** A especificação dos itens, quantidade estimada e preço médio de referência, estão definidos no **Apêndice I**, deste Termos de Referência.

**5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**5.1.** As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária constante no **APÊNDICE II.**

**6. FORMA DE FORNECIMENTO**

**6.1.** O fornecimento dos materiais deverá ser realizado a partir de requisição da própria Secretaria, especificando quantidade, descrição completa do Material e finalidade, para secretaria de Planejamento para averiguação de dotação orçamentária.

Ficará a cargo da **Secretaria solicitante,** a informação do local onde serão entregues os materiais e a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material.

**6.2.A quantidade mínima de itens a ser adquirida, por pedido, não será inferior a 5% (cinco por cento) do total registrado. Estima-se 01 (um) entrega a cada 30 (trinta) dias.**

**7. LOCAL DE ENTREGA**

**7.1.** Os materiais serão entregues na **CASA LAR**, com endereço na rua Prefeito Eugênio Leite Lima, 33, Centro, (*Em frente ao Centro Médico – Ponto de Referência*) neste Município e deverão ser realizadas em dias úteis, no horário compreendido entre 09h às 16h.

**8. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E EXECUÇÃO DA ATA**

**8.1** Homologado o certame e adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora, essa deverá dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias** assinar a ATA DE REGISTRO após a convocação realizada pelo **Município de Santo Antônio de Pádua.**

**8.2.** O prazo de execução do objeto é de **12 (doze) meses**,sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores,** especialmente os motivos elencados no **§1º do artigo 57 do referido diploma legal**.

**8.3.** O início da contagem do prazo deverá coincidir com a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, por ambas as partes.

**8.4.** Ficará a cargo de um servidor designado pela CONTRATANTE a ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8.5.** A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Santo Antônio de Pádua, que não tenha participado do presente certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, nos termos do decreto municipal n.º 070 de 09 de julho de 2019.

**9. DO PRAZO DE ENTREGA, DE GARANTIA E DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS**

**9.1. PRAZO DE ENTREGA**

**9.1.** O prazo de entrega dos materiais é de no máximo **05 (cinco) dias úteis,** contados a partir da data de retirada da Nota de Empenho.

**9.2**. Por prazo de entrega entende-se o prazo considerado até que os materiais sejam descarregados e recebidos no local de entrega fixado pelo CONTRATANTE.

**9.3**. Qualquer alteração do prazo de entrega dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

**9.2. DO PRAZO DE GARANTIA**

**9.2.1**. O prazo de garantia dos materiais, objeto deste contrato, é **de no mínimo 03 meses (três) meses**, contados a partir do recebimento e atestação definitiva dos materiais pelo CONTRATANTE.

**9.3. DO PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS**

**9.3.1.** O prazo máximo para a CONTRATADA efetuar a substituição, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, de todo e qualquer material que durante o período de garantia venha a apresentar defeito de fabricação/embalagem violada, validade vencida, e outras não conformidades é de **02 (dois) dias corridos,** a partir da data da comunicação pelo CONTRATANTE.

**9.4.PRAZO DA ATA**

**9.4.1.**O prazo da ata do Registro de Preços terá validade de **12(doze) meses**, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, observada a necessária publicação, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

**10. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

**10.1. REGULARIDADE FISCAL**

**10.1.1.Prova de regularidade para coma Fazenda Federal e União**, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, em vigor, expedida pela Secretaria da Receita Federal (Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**10.1.2.Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal, em vigor, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede da licitante, ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**10.1.3.Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal, em vigor, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda da sede da licitante, ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**10.1.4.Prova de regularidade relativa à Previdência Social**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND), em vigor, expedida pelo Ministério da Fazenda através da Receita Federal do Brasil, ou outra certidão equivalente, na forma da lei;

**10.1.5.Prova de regularidade relativa ao FGTS** (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), em vigor, expedida pela Caixa Econômica Federal, ou outra certidão equivalente, na forma da lei.

**10.1.6** Cartão do **CNPJ** da Empresa e Quadro de Sócios e Administradores - **QSA**

**11.2.HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**11.2.1.** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

**11.2.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

**11.2.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

**11.2.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato registrado ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade.

**11.2.5.** Declaração informando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

**12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**12.1.** Atestado(s) de capacidade técnica da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove, de maneira satisfatória, a aptidão para desempenho de atividades pertinentes ao objeto a ser licitado.

*a)* No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

*b)* Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

**13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1**. Somente fornecer produtos de 1ª qualidade e dentro do prazo de validade.

**13.2.**Fornecer a quantidade requisitada e quando autorizado pelo CONTRATANTE através do Órgão Gerenciador;

**13.4**. No ato da entrega, a contratada garantirá o cumprimento da quantidade solicitada e da qualidade do material fornecido, de acordo com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão do transporte, descarga ou quaisquer outras situações que possam vir a desencadear alterações nos produtos.

**13.5**. O transporte e aentregadeverão ser feitos, de maneira que os alimentos sejam acondicionados de forma a garantir sua chegada no local de destino na temperatura correta, ou expostos ao consumo imediato obedecendo os critérios de tempo X temperatura, devendo, pois, serem apropriados para garantir a entrega do produto final, mantendo a integridade de sua qualidade e características originais.

**13.6.** Os alimentos congelados, não podem terem sido recongelados, de modo a garantir a sua integridade nutricional.

**13.7.**Os gêneros devem ser transportados e armazenados para entrega de forma a evitar contaminação cruzada,

**13.8.** As características dos produtos devem ser originais e em suas embalagens de fábrica, dentro do prazo de validade para consumo.

**13.9.** Garantir a qualidade dos produtos, sendo ela, produtos refrigerados/resfriados, produtos congelados e produtos secos;

**13.10.** Nos casos em que ocorrerem as irregularidades citadas acima, observadas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, ficando dispensado ao recebimento provisório;

**13.11**. A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, bem como os **dados bancários para pagamento, via transferência bancária, da contratada, em conformidade com o constante da correspondente na nota de empenho, atentando-se e responsabilizando-se por quaisquer inexatidões** que poderão decorrer de eventuais arredondamentos;

**13.12**. Que o material seja entregue e descarregado no endereço indicado neste Termo de Referência.

**13.13.** Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam os objetos licitados, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

**14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**14.1**. Pagar pontualmente pelo **objeto**;

**14.2**. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e em tempo hábil quaisquer instruções ou alterações a serem adotadas sobre assuntos relacionados a este Contrato;

**14.3**. Designar um representante autorizado para acompanhar os fornecimentos e dirimir as possíveis dúvidas existentes;

**14.4** Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão feitas as entregas quando em áreas internas do CONTRATANTE;

**14.5**. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sem que com isso venha excluir ou reduzir a responsabilidade da CONTRATADA;

**14.6**. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

**14.7.** As frutas e alimentos prontos para consumo deverão apresentar-se:

Isentos de substâncias terrosas, bem como:

-Sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;

-Sem parasitas, larvas ou outros animais, inclusive nas embalagens;

-Sem umidade externa anormal; isentos de odor e sabor estranhos;

-Embalados individualmente, conforme unidade pré estabelecida;

-Rotulados com a descrição dos ingredientes utilizados na sua preparação, de acordo com as normas técnicas vigentes, e com identificação fácil e legível das datas de fabricação e validade;

-Conter baixo teor de açúcares e gorduras, conforme especificação;

- Serem livres de gordura trans.

**15. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**15.2.** A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

**15.3.** A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.

**15.4.** A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

**15.5.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

**15.6.** Ficará a cargo de um **servidor designado pela Secretaria solicitante,**a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material.

**15.7.** Cabe ao Órgão Participante aplicar, garantia a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

**16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**16.1.** O pagamentoserá efetuado em até **30 (trinta)** dias, medianteadimplemento de cada parcela da obrigação, através de transferência, em conta bancária indicada, por intermédio da apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

**16.2.** Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de **compensação financeira.**

**16.3.** Por eventuaisatrasos injustificados, serão devidos à Contratada, **juros moratórios** de0,01667%ao dia,alcançando ao ano 6% (seis por cento).

**16.4.** Entende-se por atraso o prazo que exceder **15 (quinze)** dias da apresentação da fatura.

**16.5.** Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o **Município de Santo Antônio de Pádua** fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de **compensação financeira.**

**17. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇO:**

**17.1.** O critério de aceitabilidade de preço é o do **valor unitário estimado**, desclassificando-se as propostas com preços que excedam esse limite estabelecido ou sejam inexequíveis, assim considerado, aquele que não venha a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação.

**17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**17.1.** O critério de julgamento é o de **menor preço unitário,** não se admitindo proposta com preços irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescidos dos respectivos encargos.

**18. SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** Conforme estabelecido no **Artigo 72 da Lei Federal no 8.666/93**, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto da licitação**.**

**19. DAS SANÇÕES**

**19.1.** A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesse edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **artigo 7º da Lei Federal nº10.520/02,** quando:

**19.1.1.** Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta,não assinar o contrato;

**19.1.2.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame

**19.1.3.** Ensejar retardamento da execução do objeto;

**19.1.4.** Não mantiver a proposta;

**19.1.5.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**19.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo;

**19.1.7.** Cometer fraude fiscal.

**19.2.** A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

**19.2.1.** Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

**19.2.2.** Multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

**19.2.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o**Município de Santo Antônio de Pádua**, por prazo não superior a dois anos;

**19.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**19.3.** A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **objeto.**

**19.4.** A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 anos poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

**19.4.1.** Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

**19.4.2.** Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;

**19.4.3.** Rescisão do contrato;

**19.4.4.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolos os, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**19.4.5.** Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

**19.4.6.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**19.5.** As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo asseguradaà Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

**19.6.** Ocorrendo atraso injustificado na entrega do **material**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

**19.7.** A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo estipulado**,** importa inexecução total do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, facultando o **Município de Santo Antônio de Pádua** aconvocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8.666/93.**

**19.8.** Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao **Município de Santo Antônio de Pádua** no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

**19.9.** As multas previstas neste ato convocatório não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao **Município de Santo Antônio de Pádua** e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em leie que o contrato seja rescindido unilateralmente.

**19.10.** A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratadatenha junto ao **Município de Santo Antônio de Pádua**, sem embargo de ser cobrada judicialmente.

**19.11.** Constituem motivos para rescisão do contrato, por ato unilateral do Contratante, os motivos previstos no **artigo 78, I a XI da Lei Federal nº8.666/93,** mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando a Contratada, no que couber, as consequências previstas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções estipulada em leis e neste edital.

**20. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**20.1.** A revisão e o cancelamento dos preços registrados têm como embasamento legal o Decreto Municipal nº015, de 17 de fevereiro de 2017 artigos 16, 17, 18, 19 e 20 conforme abaixo:

***Art. 16****Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.*

***Art. 17****Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.*

***§ 1º*** *Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.*

***§ 2º*** *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

***Art. 18****Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:*

***I -****liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e*

***II -****convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.*

***Parágrafo único.*** *Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.*

***Art. 19****O registro do fornecedor será cancelado quando:*

*I - descumprir as condições da ata de registro de preços;*

*II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;*

*III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou*

*IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1.993, ou no art. 7 nº 10.520, de 2.002.*

*Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.*

***Art. 20****O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:*

*I - por razão de interesse público; ou*

*II - a pedido do fornecedor.*